

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB  
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD  
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB  
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV  
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT  
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

## SUMÁRIO

- 1 – PROPOSIÇÕES DE LEI**
- 2 – ORDENS DO DIA**
  - 2.1 – Plenário
  - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
  - 3.1 – Comissões
- 4 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 6 – ERRATAS**



## PROPOSIÇÕES DE LEI

### PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.600

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária de São João do Vacaria, com sede no Município de Virgem da Lapa.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária de São João do Vacaria, com sede no Município de Virgem da Lapa.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 15 de setembro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

### PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.601

Declara de utilidade pública o Lar dos Idosos Imaculada Conceição, com sede no Município de Monte Belo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Lar dos Idosos Imaculada Conceição, com sede no Município de Monte Belo.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 15 de setembro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

**PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.602**

Declara de utilidade pública a Associação Marcio Lubrimar de Assistência Social, com sede no Município de Pouso Alegre.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Marcio Lubrimar de Assistência Social, com sede no Município de Pouso Alegre.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 15 de setembro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

**PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.603**

Declara de utilidade pública a Associação de Amigos e Moradores do Bairro Bela Paisagem, com sede no Município de Montes Claros.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Amigos e Moradores do Bairro Bela Paisagem, com sede no Município de Montes Claros.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 15 de setembro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

**PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.604**

Declara de utilidade pública o Centro de Referência, Apoio e Defesa da Cidadania, com sede no Município de Montes Claros.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Centro de Referência, Apoio e Defesa da Cidadania, com sede no Município de Montes Claros.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 15 de setembro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

### **PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.605**

Declara de utilidade pública a Associação Brasileira dos Agentes Penitenciários – Abrap –, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Brasileira dos Agentes Penitenciários – Abrap –, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 15 de setembro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário



## **ORDENS DO DIA**

### **ORDEM DO DIA DA 76ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 19/9/2017**

#### **1ª Parte**

##### **1ª Fase (Expediente)**

**(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

##### **2ª Fase (Grande Expediente)**

**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

#### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

##### **1ª Fase**

**(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 6.107/2016, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à presidente do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais pedido de informações acerca da existência de processo de revisão dos procedimentos de autorização de cursos e instituições, de reconhecimento ou renovação de reconhecimento de cursos superiores e de credenciamento ou recredenciamento de instituições, no âmbito do sistema estadual de ensino. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação, em turno único, da Indicação nº 39/2016, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Marcílio de Sousa Magalhães para o cargo de diretor-geral do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 40/2016, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Rodrigo de Melo Teixeira para o cargo de presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 41/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Maria de Fátima Chagas Coelho para o cargo de diretora-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 42/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Djaniro Silva para o cargo de diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 43/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Ronan Edgard dos Santos Moreira para o cargo de diretor-geral da Loteria do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 45/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Elizabeth Dias Munaier Lages para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

## 2ª Fase

### (das 16h15min em diante)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.468/2017, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a renegociar as operações de crédito firmadas com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES –, ao amparo do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 156, de 28 de dezembro de 2016. (Faixa constitucional.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.457, que concede revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado referente à data-base de 2016 e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.478, que autoriza o Poder Executivo a conceder anistia aos servidores das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica que menciona, nos casos que especifica. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.484, que concede anistia às praças da Polícia Militar de Minas Gerais excluídas da corporação em virtude do movimento reivindicatório ocorrido em junho de 1997. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.562, que cria fundos estaduais de incentivo e de financiamento de investimento e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23563, que institui o Plano Estadual de Cultura de Minas Gerais. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto aos itens 2 "g", 37, 43, 88, 93 "b", 93 "c" e 102 e pela rejeição do veto ao item 93 "i", todos do Anexo I da proposição de lei.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.800/2015, do deputado João Alberto, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Alfenas – Apae de Alfenas – o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.086/2017, do deputado Cássio Soares, que altera a destinação do imóvel de que trata a Lei nº 17.702, de 4/8/2008, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Alpinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.785/2016, da deputada Ione Pinheiro, que dispõe sobre a desafetação do trecho da Rodovia MG-259 que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Sardoá. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Administração Pública opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

### **3ª Fase**

Pareceres de redação final.

## **ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 19/9/2017**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 6.661 a 6.674, 6.679, 6.689, 6.690, 6.738, 6.739, 6.741, 6.742, 6.762 a 6.764, 6.769, 6.770, 6.791 a 6.797, 6.838 a 6.846, 6.856 a 6.858, 6.873, 6.876 a 6.878 e 6.883/2017, do deputado Cabo Júlio; 8.449/2017, da Comissão de Participação Popular; 8.453 e 8.479/2017, do deputado Sargento Rodrigues; 8.460/2017, do deputado Douglas Melo; 8.466/2017, do deputado Ulysses Gomes; e 8.476 a 8.478/2017, do deputado Coronel Piccinini.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

### **3ª Parte**

Audiência pública destinada a discutir a precariedade de recursos e a falta de efetivos nas delegacias de polícia localizadas no interior do Estado, especialmente nas regiões do Vale do Aço, Rio Doce, Mucuri, Jequitinhonha e Norte.

Recebimento e votação de requerimentos.

## **ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 19/9/2017**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.398/2016, do deputado Braulio Braz, e 4.353/2017, do deputado Leonídio Bouças.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 7.348/2017, do deputado Noraldino Júnior; 7.448, 7.449, 7.451 a 7.460/2017, da deputada Geisa Teixeira; 7.631 a 7.633/2017, do deputado Douglas Melo; 8.106/2017, do deputado Antonio Carlos Arantes; e 8.136/2017, do deputado Bosco.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 19/9/2017**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 3.458/2016, do deputado Hely Tarquínio; 3.473/2016, do deputado Doutor Jean Freire; e 3.721/2016, do deputado Inácio Franco.

Requerimentos n°s 8.468/2017, do deputado Duarte Bechir; e 8.561/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 19/9/2017**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 19/9/2017**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 491/2015, dos deputados Fred Costa e Anselmo José Domingos; e 1.431/2015, do deputado Arlen Santiago.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**3ª Parte**

Audiência de convidados destinada a debater com o presidente da Usina Siderúrgica de Minas Gerais – Usiminas – as ações e o plano de investimentos da empresa para o próximo biênio.

Recebimento e votação de requerimentos.

**ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 19/9/2017**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**3ª Parte**

Audiência pública destinada a debater a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho

Recebimento e votação de requerimentos.

**ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 19/9/2017****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 19/9/2017****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 20/9/2017****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e os deputados Durval Ângelo e Noraldino Júnior, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 19/9/2017, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater as violações e dificuldades vivenciadas pelas pessoas em colônias de hanseníase no Estado.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 2017.

Cristiano Silveira, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 1/2015**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Antonio Carlos Arantes, Cabo Júlio, Cássio Soares e Celinho do Sinttrocel, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 19/9/2017, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o novo presidente e empossar o vice-presidente eleito.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 2017.

Duarte Bechir, presidente *ad hoc*.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Ione Pinheiro e os deputados Dirceu Ribeiro, João Vítor Xavier e Thiago Cota, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 19/9/2017, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 3.458/2016, do deputado Hely Tarquínio, 3.473/2016, do deputado Doutor Jean Freire, e 3.721/2016, do deputado Inácio Franco; de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 8.468/2017, do deputado Duarte Bechir, e 8.561/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; de receber, discutir e votar proposições da comissão; de, em audiência pública, debater a Base Nacional Comum Curricular – BNCC –, e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 2017.

Celise Laviola, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação nº 46/2017, de Marcelo Fernandes Siqueira para o Cargo de Presidente da Fundação Ezequiel Dias – Funed**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Duarte Bechir, Doutor Wilson Batista, Durval Ângelo e Gustavo Valadares, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 19/9/2017, às 16h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o Turno Único da Indicação nº 46/2017, do governador do Estado, de receber, discutir e votar proposições da comissão e de proceder à arguição pública do indicado.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 2017.

Geraldo Pimenta, presidente.

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR****DISCURSOS PROFERIDOS NA 74ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/9/2017**

O deputado João Leite\* – Cumprimento o presidente, deputado Dalmo Ribeiro Silva, os deputados e as deputadas e os telespectadores da TV Assembleia. Também quero saudar os cidadãos e as cidadãs de Minas Gerais que acompanham esta reunião da Assembleia Legislativa.

Sr. Presidente, neste momento a Praça da Liberdade está tomada pelas forças de defesa social. Trata-se de uma grande manifestação contra este governo, que deu um grande golpe em todos os servidores do Estado de Minas Gerais. O governo do PT deu um golpe, pois prometeu aos servidores, especialmente aos da segurança pública, que eles teriam um mar de rosas vermelhas durante o seu mandato à frente do governo de Minas Gerais.



O que estamos vendo é a morte de servidores da segurança pública; o que estamos vendo é a violência campeando em Minas Gerais; o que estamos vendo é uma maquiagem feita pelo governo para enganar alguns. Ora, eles não enganam todos. Colocar uma viatura numa confluência de avenidas com grande tráfego em Belo Horizonte não significa que a cidade está segura. Não é dessa maneira.

Lembro-me muito bem dos chamados POVs, os postos da Polícia Militar. Alguns especialistas em segurança diziam que aqueles policiais que ficavam naqueles postos serviam para impedir que aqueles postos fossem roubados, pois, na outra esquina, eles não tinham visão alguma para dar segurança à população. Lembramos ainda das estratégias de segurança pública: policiais caminhando, motocicletas, veículos que fazem com que os policiais ampliem a sua possibilidade de visão para dar segurança à população, controle por câmeras de vídeo.

O governo do PT quer enganar a população. Coloca viaturas em alguns lugares de Belo Horizonte, como o fez na Praça José Cavallini. Para os antigos de Belo Horizonte, Helinho Rabelo, é a praça da Eureka, na Guaicuí com Conde de Linhares. Naquela região ali fica uma viatura. Agora, lá no fundão, na Luiz Soares da Rocha, na Guaicuí, há insegurança total; roubos o tempo todo. É para enganar a população.

Ontem à noite eu passava numa outra confluência, e estava lá o veículo da Polícia Militar. E prestem atenção: os veículos da Polícia Militar de Minas Gerais, as ambulâncias, têm que ter a cor do partido, do PT. Agora são vermelhos. Mudaram o *layout* de Minas Gerais. É o contribuinte de Minas Gerais, o pagador de impostos, pagando os seus impostos para dar a imagem a um partido em Minas Gerais. É o fim. Esse partido que governou o Brasil por 13 anos e destruiu o País está destruindo Minas Gerais. Mas estamos vendo a reação do servidor da educação. O trânsito em Belo Horizonte ficará caótico com a tomada da Praça da Liberdade pelos policiais, agentes penitenciários, agentes socioeducativos. Imaginem que esta Casa votou a data-base do pessoal da Defesa Social. É outubro. Há dois anos não é obedecida a data-base do trabalhador da segurança pública: agente penitenciário, agente socioeducativo, policial militar, policial civil, todos eles, há dois anos. Não estamos falando em aumento de salários, estamos falando em recomposição, que é direito do trabalhador na sua data-base. O governo do PT nega o direito ao trabalhador. Não merece nem mais o nome de Partido dos Trabalhadores, porque nega ao trabalhador de Minas Gerais o direito à recomposição do seu salário. É a recomposição da inflação. Estamos vendo a situação. Fui parado, numa viagem – não vou citar a cidade –, por um sargento. Eles não aguentam mais. Têm que criar os três, quatro, cinco filhos, e o governo do PT fecha os olhos, e parece que não está acontecendo nada. O Rio de Janeiro recebeu um grande reforço policial e do Exército; as quadrilhas do Rio de Janeiro começam a migrar para Minas Gerais; e o governo do PT dorme em berço esplêndido. E acha que, ao colocar uma viatura na confluência de duas avenidas em Belo Horizonte, jogar para a torcida, está tudo certinho, está tudo resolvido, está dada a segurança para a população. Não está.

Precisamos de investimento. Primeiro no profissional de segurança pública. Outubro está chegando novamente. Será que serão três anos do governo do PT sem a data-base da segurança pública; sem a recomposição dos vencimentos do soldado que está nas ruas; do investigador da Polícia Civil que está nas ruas; do agente socioeducativo que está lidando com aquele adolescente em conflito com a lei; do agente penitenciário que está guardando 75 mil presos do Estado de Minas Gerais? É lamentável. O governo do PT não honra a história de Minas Gerais; repete o mesmo governo federal, o mesmo governo do PT. São 13 anos de muita música, 13 anos de muita fantasia, 13 anos de muita propaganda. E ficou a herança para o povo brasileiro de 13 anos do governo do PT: 14 milhões de desempregados. A herança de 13 anos do governo do PT são 14 milhões de desempregados. Hoje o levantamento das principais agências diz que, nos 13 anos do governo do PT, os ricos ficaram mais ricos no Brasil, os bancos ficaram mais ricos no Brasil, e os pobres no Brasil ficaram mais pobres.

Terminando, quero falar sobre o que está acontecendo no Espaço Democrático José Aparecido de Oliveira, na Assembleia Legislativa. Está havendo um mutirão da telefonia. Tive a honra de ser o relator de uma comissão parlamentar de inquérito presidida

pelo Zé Maia, que investigou as telefonias, as empresas telefônicas no Estado de Minas Gerais, por solicitação do deputado Sargento Rodrigues. No nosso relatório final, consagramos 15 pontos importantes para a fiscalização da telefonia em Minas Gerais.

O que está acontecendo no Espaço Democrático José Aparecido de Oliveira, no Hall das Bandeiras, na Assembleia Legislativa, é um desses pontos. É que, permanentemente, as empresas de telefonia deveriam fazer mutirões para atender a demanda do usuário no Estado de Minas Gerais. Desde as 9 horas da manhã, quando foi iniciado o atendimento da população, estive presente com o deputado Felipe Attiê, presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, e acompanhamos o atendimento das pessoas, que ficaram satisfeitas com o trabalho da Assembleia Legislativa, dando voz e vez ao povo, que veio aqui para reclamar os seus direitos junto ao serviço de telefonia móvel no Estado.

Tive a oportunidade de visitar, nesta manhã, o Procon Assembleia, que também estava repleto de pessoas. Aconteceu ali conciliação e discussão. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, impressionou-me, especialmente, o valor das dívidas cobradas pelas telefônicas, valores de R\$16.000,00, e serviços não contratados pelo usuário, pela usuária. Acompanhamos ali a conciliação, vimos ser desfeita a cobrança de R\$16.000,00. O jovem – lembro-me bem do seu nome, Gustavo – que está recebendo essa cobrança está com seu nome no Serasa e viu na conciliação, no Procon da Assembleia Legislativa, a dívida praticamente sumir, porque não foram serviços solicitados pelo usuário. A Assembleia responde a um anseio importante. Lamentavelmente, a grande reclamação no Procon da Assembleia se refere ao serviço de telefonia. Mas a Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa ficou responsável por acompanhar todas as determinações do relatório final da CPI da Telefonia, e está fazendo isso.

Queria lembrar ao deputado Dalmo Ribeiro, à deputada Rosângela e ao deputado Leonídio Bouças que esse mutirão pode e deve ser feito não apenas aqui, na sede da Assembleia Legislativa, mas também em outras regiões e em outras cidades. Deveria ser feito, por exemplo, no Sul de Minas, nas cidades de Pouso Alegre ou Itajubá; no Vale do Aço, em Ipatinga ou em outra cidade da região; em Uberlândia, para onde os deputados Felipe Attiê e Luiz Humberto pediram um mutirão, a fim de que casos como esses sejam conciliados, que as telefônicas respondam e atendam à população. Das 15 determinações da CPI da Telefonia, uma é essa. Mas há também a que determina – solicito aos deputados das diversas regiões de Minas Gerais que acompanhem isso – que os Procons das diversas cidades tenham uma linha especial. Antes da CPI da Telefonia, era uma linha comum que os Procons de Ipatinga, de Pouso Alegre, de Ouro Fino, de Governador Valadares – estou vendo Pedro Chagas aqui – e da nossa região de Inhapim utilizavam. Por determinação da CPI da Telefonia, deve haver uma linha especial para os procons das nossas diversas cidades. Então é importante que os deputados também fiscalizem as suas regiões. Vou ter o cuidado de encaminhar a cada gabinete esses 15 pontos da CPI da Telefonia, que devem ser fiscalizados por nós, para que as empresas possam atendê-los.

Uma grande luta nossa nas diversas cidades do Estado foi o Minas Comunica, no nosso governo, no governo do PSDB, com Aécio Neves como governador, que levou a telefonia a todos os municípios de Minas Gerais. Mas agora estamos solicitando, ou melhor, exigindo das telefônicas que as antenas sejam compartilhadas. Com isso seria possível que, em Inhapim, a antena da Claro, da OI, da TIM ou da Vivo fosse compartilhada com as outras antenas para atender à nossa população. Também demos um prazo ao atendimento de 100% da telefonia rural, que dá possibilidade, para além da comunicação da nossa população, de mais segurança ao homem e à mulher do campo.

Foi um grande trabalho da Assembleia Legislativa. A presença hoje das empresas de telefonia trazendo os seus funcionários e atendendo a população está sendo, sem dúvida, um momento muito importante para a população. Pessoalmente acompanhei o atendimento e, agora à tarde, novamente irei acompanhá-lo e me deslocar ao Procon, onde vemos algumas aberrações. Temos de permanecer atentos, deputado Dalmo Ribeiro Silva, porque essa é uma concessão pública, pertence ao povo de Minas Gerais e ao povo brasileiro. O serviço de telefonia é público. Como essas empresas detêm uma concessão pública, é papel inegociável da Assembleia Legislativa fiscalizar e acompanhar a execução e o atendimento à nossa população. Reitero, deputado Dalmo Ribeiro, a

importância de pensarmos e levarmos esse mutirão a diversas regiões de Minas Gerais para atendermos a nossa população. Muito obrigado.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Isauro Calais – Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados. Sr. Presidente, a nossa vinda a esta tribuna, nesta tarde, se deve a três motivos. Primeiro, queremos nos dirigir ao líder do governo, aos representantes do governo, às lideranças que compõem a base do governo, aos membros do governo Pimentel para dizer da importância dessa instituição que represento aqui, nesta Casa, que é a Defensoria Pública.

A Defensoria Pública vem, no decorrer de anos, fazendo com que o cidadão carente, o cidadão que não tem como constituir um advogado tenha acesso à justiça, assistido por um defensor público. *Data venia*, temos cobrado do governo a presença de defensores em todas as comarcas, mas o mais importante de estar aqui, hoje, é para falar da questão orçamentária da Defensoria Pública. A defensora pública-geral e o presidente da Adep têm feito ações nesse sentido para que o orçamento da Defensoria Pública, que é seis, sete, oito vezes maior do que o orçamento do Ministério Público, possa ser revisto pelo governo de Minas Gerais.

Não é justo o governo patrocinar, entre aspas, quem julga; patrocinar, entre aspas, quem acusa; e deixar à margem aquele que defende principalmente o cidadão carente. O Ministério Público, deputada Rosângela, é dotado de todos os recursos para o desempenho dos promotores, dos funcionários daquela instituição, da mesma forma que o Tribunal de Justiça.

A Defensoria Pública está aí brigando para defender o cidadão carente, e a Assembleia Legislativa tem brigado por ela no decorrer de anos.

Estive aqui, como defensor público, há 20 anos, e os deputados Dalmo, Mourão e todos os que estavam aqui na época deram à Defensoria Pública condições de brigar por uma lei orgânica, por melhores condições de trabalho para seus servidores e defensores. Nada mais hoje é tão importante para a Defensoria Pública que brigar por um orçamento melhor. Não queremos que tenha um orçamento igual ao do Ministério Público, igual ao do Tribunal de Justiça, mas que tenha um orçamento digno, como acontece em alguns estados da Federação, que têm um orçamento muito maior que o da nossa Defensoria Pública.

Deputado Gustavo Valadares, muitos defensores públicos estão deixando a carreira, indo para outros estados ou para outras instituições, como Ministério Público e Magistratura, por causa dos salários. Então é preciso ter um orçamento melhor para a Defensoria Pública.

O deputado Dirceu Ribeiro (em aparte)\* – Meu caro Isauro, concordo com você. Quando fui prefeito pela primeira vez, instalamos em Ubá a Defensoria Pública, e, naquela época, nem salário havia. Convidamos a Dra. Vera Magaton Barletta para ocupar o cargo de defensora pública. Ela aceitou e fez um trabalho brilhante. Hoje temos uma Defensoria Pública no Estado de Minas Gerais que é um exemplo para o Brasil, mas ainda está fragilizada. Por quê? O salário do defensor, como V. Exa. disse, é um salário pequeno, e a pessoas entram para o cargo, depois saem. Mas hoje o trabalho que tem uma Defensoria Pública num município é essencial. Ela ajuda o Poder Judiciário de forma extraordinária. Em Ubá, hoje, já temos uma defensoria funcionando, mas todos nesta Casa precisam ajudar a classe de defensores, colocando no orçamento uma melhora substancial para que eles possam continuar trabalhando para Minas Gerais e para que, com isso, os estudantes de direito pensem em ser defensores públicos.

Hoje o salário ainda está muito aquém do que é necessário e daquilo que precisa um defensor público. Hoje o defensor público tem o mesmo trabalho de um promotor. Na verdade, eles vasculham e concluem o processo perfeitamente para que o Judiciário possa decidir. Concordo com você, sou parceiro e marqueteiro na defesa da Defensoria Pública.

O deputado Isauro Calais – É bom dizer que a Defensoria Pública teve muitas conquistas no governo Pimentel, com a ação da defensora pública-geral, Dra. Christiane, e o apoio da Assembleia Legislativa.

Tivemos muitas conquistas. Tivemos o primeiro projeto de autoria da Defensoria Pública, e, agora, o projeto da área-meio tramitando nesta Casa. Então, o governador Pimentel tem, de certa forma, atendido a defensoria. Mas precisamos que o orçamento seja melhor, que a defensoria tenha mais condições de assistir a milhares de cidadãos carentes pelo Estado.

Só em Juiz de Fora, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, a defensoria assiste a 80% dos cidadãos que têm uma ação tramitando na Justiça. Isso mostra a sua importância para o Estado de Minas Gerais. Então, é fundamental um melhor orçamento para a defensoria.

A deputada Rosângela Reis (em aparte)\* – O deputado João Leite queria falar também, mas não está aqui neste momento. Deputado Isauro, parabéns V. Exa. por trazer um assunto importante a esta Casa, que é a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais. Todos temos ciência da importância desse órgão para defender as pessoas mais carentes, que precisam de um defensor. Sabemos da economia que o Estado faz quando instala defensorias públicas nos municípios, porque os advogados dativos geram despesas. Quero lembrar a V. Exa. que as conquistas que obtivemos aconteceram no governo passado. Foram feitos três concursos públicos, houve uma melhoria salarial significativa.

Deputado Dalmo Ribeiro Silva, presidente desta reunião, a Defensoria não tem aparato para desenvolver o seu trabalho, desde salas em fóruns até pessoal. O próprio defensor é que faz o trabalho de atendimento e de secretaria. Faltam equipamentos também. É preciso melhorar o orçamento para criar um aparato. Eles não estão pedindo muita coisa, deputado. Eu entendo isso. Há outros órgãos com orçamento muito mais volumoso do que o da Defensoria Pública.

Portanto, quero fortalecer essa causa. Conte comigo também nessa luta. Nós sabemos que a Defensoria faz um trabalho importante. É o que V. Exa. disse. Os servidores estão indo para outros cargos públicos, e o buraco está sendo feito, a lacuna está acontecendo e gerando desfalque num órgão que é importante para a sustentação da área jurídica no Estado de Minas Gerais.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)\* – Deputado Isauro Calais, V. Exa. foi defensor público, não é?

O deputado Isauro Calais – Sou funcionário da Defensoria Pública há 30 anos.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)\* – Então, mais do que ninguém, V. Exa. conhece o problema e faz a defesa de uma causa inteiramente nobre e justa. Não conheço o problema a fundo, como V. Exa., que é defensor público há 30 anos. Mas, de alguma forma, nós reconhecemos a legitimidade da pretensão e a justiça. Tanto nós, que somos advogados, quanto o nosso presidente Dalmo Ribeiro e tantos outros bacharéis em direito aqui presentes. Eu advoguei por 20 anos. Então, nós sabemos avaliar bem a legitimidade dessa pretensão. É justa, é legítima, é necessária.

Quando fui relator da Constituição do Estado de Minas Gerais em 1989, conforme V. Exa. sabe muito bem, pois já era defensor público e inclusive participou de *lobby* nesse sentido, apresentei um artigo equiparando os vencimentos do defensor público aos dos membros do Ministério Público, o que era mais do que justo, pois ambos são defensores legítimos do interesse público, dos direitos difusos de modo geral; ambos são defensores da sociedade. Nós não sabemos por que o Ministério Público entrou com Adin na época e conseguiu suspender a medida, e os vencimentos não foram equiparados. Se isso tivesse acontecido, talvez esse problema tivesse sido resolvido, e não seria necessário os defensores públicos ficarem batendo nas portas da Assembleia para pedir reajuste de seus vencimentos, o que é inteiramente justo e necessário.

O defensor público defende a causa das pessoas mais necessitadas, aquelas que não têm recursos para contratar um advogado particular. Essas pessoas constituem um número muito grande. Na área da saúde, por exemplo, deputado Dalmo Ribeiro, temos o SUS, que bem ou mal está atendendo à população mais carente do Brasil. Na área jurídica, temos a Defensoria Pública e tínhamos o defensor dativo – inclusive atuei como defensor dativo muitas vezes. Agora, é preciso reconhecer, em termos de remuneração, o seu trabalho. Ao ter sido reconhecido o valor do seu trabalho, com remuneração, é claro que eles terão mais estímulo, muito mais tempo para se dedicarem às causas das pessoas mais necessitadas. Quem vai ganhar com isso são os carentes de Minas Gerais na área jurídica. Portanto, apoiamos plenamente essa pretensão e as oportunas palavras de V. Exa.

O deputado Isauro Calais – Não tenho dúvidas de que a Defensoria Pública é muito importante. Muito obrigado pelo aparte, deputado Mourão.

Particpei dessa história da Defensoria Pública como defensor. Como disse o deputado Dirceu, eu ganhava um salário mínimo e meio. A Defensoria veio obtendo conquistas, e a Assembleia foi muito importante nessa história de conquistas dessa instituição. Ninguém está pedindo para se aumentar o salário de A ou de B, mas, sim, se está pedindo para a Defensoria Pública ter um orçamento melhor, uma data-base. Enfim, é valorizar a área-meio. Perdermos funcionários e defensores públicos. Enfim, a Defensoria Pública precisa de um apoio maior do governo e, obviamente, dos colegas deputados.

O deputado Elismar Prado (em aparte)\* – Parabenizo V. Exa., deputado Isauro, por trazer esse tema tão importante. Faço coro com V. Exa. e solicito ao Estado, ao poder público – não falo simplesmente de governo, mas de Estado –, apoio para termos uma Defensoria forte, um orçamento que ofereça todas as condições de trabalho e para que tenhamos a provisão de defensores em todo o Estado. Sabemos que o defensor é o advogado do pobre, é o que promove justiça para a pessoa carente. Então, isso é dignidade para o cidadão, principalmente para o trabalhador, para a pessoa carente ter acesso à Justiça. Isso é fazer justiça.

Solicito ao Estado que ofereça condições, que dê um orçamento digno à Defensoria Pública. Só para V. Exa. ter uma ideia, só o que o Tribunal de Justiça gasta com correspondência equivale, até supera todo o orçamento da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais. Então, precisamos de uma Defensoria forte, porque ela faz um trabalho realmente extraordinário, e precisamos de defensores em todos os rincões deste estado, nas cidades do interior. A demanda é muito grande para se fazer justiça a todos os trabalhadores e trabalhadoras que precisam recorrer em todas as áreas. Os defensores estão sempre presentes nas nossas comissões, defendendo os direitos dos trabalhadores. Parabéns, deputado.

O deputado Isauro Calais – Tenho outro assunto a tratar. Vou solicitar um aparte ao deputado Léo Portela.

Encerrando, quero dizer às deputadas e aos deputados, ao público presente e aos telespectadores da TV Assembleia que eu era vereador e defensor público, deputado Dalmo. Defendi um cidadão de Juiz de Fora, assisti um cidadão pela Defensoria Pública daquela cidade. Ele foi me procurar na câmara, e eu fui com ele ao fórum. Ele havia vencido um concurso de motorista de transporte coletivo. Atravessando o Parque Halfeld – a câmara fica de um lado e o fórum do outro –, ele perguntou, na hora em que chegou perto do fórum, se poderia entrar lá. Veja bem, um motorista do ano perguntando se podia entrar no fórum. Esse é um exemplo de que a Defensoria é a porta de entrada para o cidadão carente na busca de justiça nos tribunais e fóruns espalhados por este estado.

Então, Sr. Presidente, agradeço V. Exa. pela paciência e aos colegas deputados pelos apartes. Um abraço.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Léo Portela\* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, concedo aparte ao deputado Isauro Calais.

O deputado Isauro Calais (em aparte) – Muito obrigado, deputado Portela. Como disse, eu tinha um outro assunto, mas o tema “Defensoria Pública” esgotou nosso tempo. Gostaríamos de agradecer ao deputado Léo Portela e ao presidente Dalmo essa oportunidade mais uma vez. Montamos uma comissão nesta Casa, deputado Dalmo Ribeiro Silva, para discutir a concessão à Via 040 da BR-040, que liga Juiz de Fora a Brasília. Tivemos reuniões com representantes da Via 040 e fizemos visitas à ANTT, em Brasília. Fizemos reuniões, debates e encaminhamentos ao Ministério Público, cobrando ações.

Transito nessa estrada toda semana, duas, três vezes por semana, vendo batidas frontais, mortes e mais mortes. A concessionária, utilizando a benevolência do governo federal, utilizando o contrato que previa que duplicasse 10% da rodovia para começar a cobrar por ela, foi ao Estado de Goiás gastando pouco dinheiro, pouco recurso e fez a duplicação dos 10%. A concessionária imediatamente implantou as 11 praças cobrando pedágio. E, antes mesmo de começar a cobrar pedágio, teve um aumento autorizado pelo governo federal, pela ANTT, no pedágio. Foi antes mesmo de começar a cobrar o pedágio.

Estamos cobrando e reclamando junto à ANTT, ao governo federal, ao Ministério do Transporte e ao Ministério Público porque nada foi feito e nada está sendo feito nesse trecho que liga Minas Gerais a Goiás.

Sr. Presidente, na quinta-feira, retornando à noite para Juiz de Fora, uma carreta derrapando em L veio para cima da gente, e tivemos de sair do acostamento do lado oposto na contramão, porque não existe divisória. É risco de vida todo dia. Aí vem o governo federal – não vou entrar no mérito se é ou não golpista, mas não é legítimo – dando oportunidade de a empresa entregar a concessão sem cumprir nada. Este governo não é legítimo, porque não foi ungido pelas urnas. Bem, vem o governo federal e faz com que a concessionária, o grupo de empresa que pegou essa concessão, que não cumpriu o contrato, que tem uma cláusula de multa do contrato de R\$425.000.000,00... Quero ver a Via 040 depositar esse recurso de R\$425.000.000,00 pelo não cumprimento do contrato. Aí vem o governo federal, deputado Léo Portela, dando oportunidade de entrega da concessão sem que se cumpra nada.

Estamos fazendo um encaminhamento ao Ministério Público Federal em Minas Gerais pedindo ação do Ministério Público; ao governo federal, ao Ministério do Transporte e à ANTT, que não sei o que está fazendo lá, talvez protegendo o direito não sei de quem. Do consumidor, não está. Ela deveria multar e obrigar a concessionária a cumprir o contrato. Estamos pedindo ao Ministério Público para intervir e fazer com que a Invepar e a Via 040 devolvam o dinheiro cobrado do pedágio aos cofres de Minas Gerais, devolva esse dinheiro cobrado por não ter feito nada, por não ter cumprido o contrato, deputado Léo Portela. Então estamos fazendo esse encaminhamento.

Infelizmente, o governo do PMDB de Brasília não é como os peemedebistas desta Casa. Os peemedebistas, deputados federais, que temos em Brasília são diferentes. Aliás, eles fizeram aquele decreto do meio ambiente em relação à Renca para beneficiar Renan Calheiros e mais alguém. Aí o mundo todo veio de pau em cima do governo federal, em cima desse decreto, que rapidinho foi revogado. Esse decreto em relação à Renca, no Amazonas, tinha nome, endereço e CPF.

É preciso dizer ao governo federal que este governo do PMDB de Brasília não representa o PMDB de Minas Gerais e não me representa. Se representa outros deputados do PMDB, a mim não representa, porque só tem ação contra o povo brasileiro. O que estão fazendo hoje é como aquela história da briga do mar com a pedra, em que sobra para o marisco.

A Via 040 diz ao governo federal que gastou R\$1.700.000.000,00, que arrecadou “x” e que não tem condição de cumprir o contrato. Aí o governo federal, de novo, passa a mão na cabeça, da mesma forma que fez na Concer, na Serra de Petrópolis. Há 10 anos, a Concer tinha de ter feito o túnel na subida da Serra de Petrópolis. Hoje ele está parado, porque ela não tem recursos para terminá-lo e está também querendo entregá-lo.

Acho que o governo federal tem de punir, o Ministério Público tem de entrar de sola para que esse grupo de empresas seja punido, devolva aos cofres de Minas Gerais o dinheiro arrecadado nessas praças de pedágio; e tem de fazer da mesma forma com a Concer, de Juiz de Fora ao Rio de Janeiro. É preciso punir quem pega uma concessão e trata o usuário dessa maneira. Se eu não pagar o pedágio, não passo nele, deputado Léo Portela. Eles podem entregar a concessão sem sofrer qualquer tipo de punição pelo governo federal. Legal, só o consumidor, só o cidadão que tem de transitar por essas estradas perigosas que ligam Juiz de Fora a Brasília pagam o ônus.

Estou aqui para dizer que o governo federal, o governo do PMDB de Brasília não representa este deputado, que é do PMDB com muito orgulho. Militei no MDB ainda moleque, com 12, 13, 14 anos. Esse PMDB de Brasília não é igual ao PMDB da Assembleia. Hoje, com orgulho, podemos dizer que temos um deputado como o Adalclever, que honra o PMDB ao dirigir esta Casa. Temos vários deputados aqui que são professores, e me orgulho de ser colega deles; temos prefeitos da estirpe de Bruno Siqueira que, sem dinheiro, está fazendo uma gestão impecável, pagando em dia, cuidando de Juiz de Fora. Enfim, é preciso mostrar a ele que somos diferentes dele e pedir ao Ministério Público que puna quem for preciso para que a concessionária seja responsabilizada por esse ato.



Deputado Léo Portela, muito obrigado por ter pedido a palavra, por ter nos dado a oportunidade do aparte para também falar desse assunto tão importante para nós da Assembleia e para os mineiros. Muito obrigado.

O deputado Léo Portela\* – Deputado Isauro Calais, parabéns pela coragem e pela bravura de sempre de expor, com uma certeza, com uma afirmação certa, o que precisa ser resolvido pelo governo federal para a nossa região.

Sr. Presidente, peço licença para falar aos pais e mães de família de Minas Gerais, quero falar diretamente com vocês. Vocês se lembram daquela exposição Queermuseu que foi fechada no Rio Grande do Sul? Pois bem, recebemos a notícia de que aquela exposição que expõe crianças a atos sexuais, que expõe crianças a atos libidinosos, descumprindo o ECA, descumprindo o Código Penal, está vindo para Belo Horizonte por iniciativa do secretário de Cultura da capital, que foi ministro do governo Dilma, ou seja, lê na mesma cartilha dessa turma que apoia esse tipo de exposição.

Quero deixar bem claro: nós, que defendemos as famílias – e não apenas isso –, nós, que defendemos a vida, não aceitaremos que as crianças de Belo Horizonte sejam expostas a esse tipo de abuso. Quero convocar os pais e as mães de família, não apenas da capital, mas de toda Minas Gerais, para se unirem a nós numa grande mobilização. Se necessário, fecharemos as vias de Belo Horizonte, como eles costumam fazer quando o assunto é deles. Convoco os pais e as mães de família para que essa atrocidade não venha para nossa cidade. Prefeito Kalil, não tenha essa mácula em seu currículo, não tenha essa mácula em sua vida, a de ser o responsável por trazer para Minas Gerais, para a capital dos mineiros, uma exposição que faz apologia à iniciação, à sexualização precoce das nossas crianças, porque isso é um absurdo.

O deputado Vanderlei Miranda (em aparte)\* – Primeiro, deputado Léo Portela, quero parabenizá-lo por trazer este assunto à tribuna, assunto que é bem factual e está na mídia. O Banco Santander estava patrocinando essa mostra no Sul do País.

Ele recebeu tantos *e-mails* e um bombardeio tão grande de reclamações, que resolveu suspender a mostra e retirar o nome dele. Aí vem o pessoal da cultura e diz: “Isso é cultura. A cultura não pode sofrer censura.” Vai lá um promotor, por nome Júlio Almeida – tem aqui a foto dele –, que visitou a exposição, e diz o seguinte – está aqui em destaque: “Após visita à exposição sobre diversidade sexual cancelada em Porto Alegre, digo que não há pedofilia.” A questão não é se há ou não pedofilia. Vocês me desculpem – eu não sei qual é câmera que está me pegando – mas quero falar aos de casa. Deputado Léo Portela, embora esteja apartando V. Exa., me desculpe os senhores e as senhoras que estão assistindo à TV Assembleia na Grande Belo Horizonte e por toda nossa Minas Gerais, mas vou ler o que está aqui e o que estava naquela mostra. Havia outros elementos naquela mostra? Havia. Essa discussão toda é por causa de outros elementos, mas principalmente por elementos expostos lá como a figura que tenho aqui, o desenho de uma criança em que está escrito como se fosse arte. Criança... É até constrangedor eu ler isso aqui, deputado Léo Portela, mas é preciso, para que as pessoas possam entender, porque muitos dizem que se trata de questão religiosa. Não, isso é questão de valores de família e que mineiro preza, e preza muito. Minas Gerais ainda é um estado que preza os valores familiares.

Quando V. Exa. diz ao prefeito Kalil que, por favor, não acolha essa mostra aqui, V. Exa. tem a minha solidariedade e, tenho certeza, de vários deputados e deputadas desta casa. Pode não ter a de todos, mas tem de boa parte. Há aqui uma fotografia, um desenho de uma criança, onde está escrito assim: “Criança viada, deusa das águas”. Do lado dela tem uma outra, uma figura de um menino vestido de menina, onde está escrito: “Criança viada travesti da lambada”. A questão não é a pedofilia, a questão é usar a figura de uma criança com esses termos pejorativos, com esses termos que querem, de alguma forma, empurrar as nossas crianças para a escolha, para a opção sexual ou para a opção homossexual. É isso que não queremos. Não queremos que as nossas escolas se prestem a discutir com as nossas crianças, com muitas delas tão precocemente, se elas já definiram seus gêneros. Escola não é para isso, escola não é para esse tipo de ensino e nem esse tipo de formação. Estamos lutando contra essas coisas e vamos continuar lutando.

Esse projeto da criação do conselho, que está na Casa, não é consultivo, é deliberativo, ou seja, se criado, terá poderes. E quando se lê o escopo do projeto, vê-se que ele pretende um domínio nos 853 municípios da causa LGBT. Já sabemos onde ele quer

chegar. Ele quer chegar às escolas onde o Plano Nacional de Educação foi rejeitado, em Brasília. Tentaram na Câmara Municipal de Belo Horizonte, mas não conseguiram. Os vereadores também têm a nossa solidariedade, os nossos parabéns pela coragem de o terem barrado. Esse projeto já veio aqui no governo do Aécio, e não prosperou, e veio no governo do Anastasia. V. Exa. sabe muito bem, porque foi assessor direto do governador Anastasia, que ele não prosperou. Espero que, mais uma vez, esse projeto não prospere nesta Casa. É contra isso que estamos lutando. Aliás, não vou nem dizer que é contra isso que estamos lutando, estamos lutando em favor da defesa dos valores familiares. Critique-nos quem quiser. A imprensa, às vezes, nos critica pela nossa posição, mas não estamos preocupados com a sua crítica. Alguns dizem que a cultura precisa ser livre, que não pode haver censura. Aqui não é questão de censura, porque o direito de um termina onde começa o do outro. Eles não têm o direito de querer fazer o que estão querendo fazer com as nossas crianças. O que eu li aqui, embora pejorativo, embora obsceno, é o que está na mostra, na qual o promotor no Rio Grande do Sul, deputado Léo Portela, não viu nada de mais, nada de anormal. Obrigado por ter me concedido este aparte.

O deputado Léo Portela\* – Parabéns pela coragem de sempre, deputado Vanderlei Miranda. Obrigado, Sr. Presidente.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Paulo Guedes\* – Sr. Presidente, deputadas e deputados, público presente nas galerias, boa tarde. De forma muito especial, cumprimento o povo de Minas Gerais que nos acompanha pela TV Assembleia em várias cidades do nosso estado.

Sr. Presidente, ontem tive a honra de receber, em Diamantina, a grande Medalha Juscelino Kubitschek, entregue pelo governador Fernando Pimentel. Quero não só agradecer ao governador, ao prefeito e ao povo de Diamantina e da minha região, mas também agradecer ao governador Fernando Pimentel as belíssimas palavras ditas como orador da medalha. O governador Fernando Pimentel foi muito feliz ao falar sobre a vida do grande homem público que foi Juscelino Kubitschek – um discurso que retratou muito bem toda a trajetória desse grande homem. Pimentel teve a alegria e a sabedoria de fazer comparações entre o que aconteceu há 60 anos, quando Juscelino Kubitschek era presidente deste país, e os fatos atuais que estamos vivendo na política brasileira. Pimentel lembrou muito bem os grandes feitos de JK, a coragem que teve de romper com o FMI, em 1959; de fazer a defesa da soberania nacional; de enfrentar os adversários da época, que não eram poucos, e eram poderosos; de construir obras importantes, que até hoje são fundamentais para o nosso país, como as Hidrelétricas de Furnas e Três Marias; de construir Brasília e tantas obras grandiosas em seu governo. Um governo que governava para o Brasil, um presidente que olhou para os mais pobres. Ele ainda é considerado um dos melhores presidentes que este país já teve.

Mas Pimentel lembrou muito bem o que fizeram com JK. Houve um trecho de sua fala que farei questão de repetir, quando lembrou um episódio que também vou questionar. Alguém se lembra do Edifício Ciamar? Ninguém deve se lembrar mais.

Mas, logo que saiu da Presidência da República, Juscelino Kubitschek também foi execrado pela imprensa da época, perseguido pela ditadura militar que tomou o governo em 1964 e exilado por três anos no exterior. Quando esse grande homem, de quem a história nos dá o prazer de falar desta tribuna, saiu do governo, muitos políticos da época e segmentos do Judiciário e do Ministério Público, liderados pela grande mídia, tratavam-no como o presidente mais corrupto da história do Brasil. Essa é a imagem que a mídia, a mesma mídia de hoje, e os mesmos golpistas de hoje tentam imputar ao ex-presidente Lula. São os mesmos atores, as mesmas pessoas que querem se aproveitar das riquezas do nosso país e fazer fortuna, mas não estão nem aí para o povo brasileiro. Trata-se da mídia golpista liderada pelas Organizações Globo, que criou o seu império apoiando a ditadura militar.

Mas ninguém se lembra mais das pessoas que há 60 anos acusavam JK, chamando-o de corrupto. Elas não fazem parte da história. A verdade, às vezes, demora, mas a história trata de corrigir os erros cometidos por aqueles que querem aparecer a qualquer custo e ficar famosos em cima de acusações sem fundamentos, como fizeram com JK quando a ele atribuíram um apartamento de luxo no Edifício Ciamar. Ninguém se lembra, mas esse prédio, situado na Avenida Vieira Souto, em Ipanema, no Rio de Janeiro, seria o endereço do caríssimo apartamento que Juscelino Kubitschek teria ganhado de um grande empreiteiro milionário e amigo. O prédio está lá até hoje, mas o apartamento nunca foi de JK. Tudo mentira! Tudo calúnia! Tudo parte de um plano para liquidar a maior



liderança que este País tinha à época. Hoje, 115 anos após o nascimento de JK, ele está firme e vivo na memória do povo brasileiro, ao passo que seus algozes, os que tentaram lhe imputar injúrias e calúnias, não fazem parte da nossa memória, não são lembrados em nenhum livro de história.

É por isso que hoje, neste exato momento, quero dizer que o maior homem público vivo da história deste País, Luiz Inácio Lula da Silva, está passando pelo mesmo que JK passou há 60 anos.

Ele está sendo acusado sem provas por um juiz que tem lado, por um juiz que quer aparecer a qualquer custo, por um Judiciário que hoje não se contenta em julgar dentro do processo. Parte do Judiciário brasileiro, do Ministério Público e muitas autoridades estão desvirtuando o seu papel. Deixaram de ser juízes para ser inquisidores, para aparecer a qualquer custo, para se fazerem de garoto-propaganda da Rede Globo.

Queria dizer ao juiz Sérgio Moro que, em pouco tempo, nenhum brasileiro também lembrará da sua atuação, porque o que ele tenta fazer com o presidente Lula atinge frontalmente a maioria do povo brasileiro. Esse povo que agradece, que reconhece que Luiz Inácio Lula da Silva é uma figura pública honrada, homem de caráter, homem público, homem do povo, pessoa simples que teve coragem, na oportunidade de ser presidente deste país, de enfrentar as elites, distribuir renda, gerar oportunidade para todos, criar programas que tiraram milhões da pobreza, que tirou o Brasil do mapa da fome, que gerou 22 milhões de empregos com carteira assinada, que criou programas que melhoraram a vida do nosso povo, como o Luz para Todos, Água para Todos, o Programa Cisternas, o Fies, o ProUni, o Brasil sem Fronteiras, o Minha Casa Minha Vida, o PAC e tantos outros programas que permitiram ao brasileiro sonhar, que permitiram ao filho da empregada, do trabalhador rural e do pedreiro sonhar com um banco de uma universidade. É esse brasileiro que essa elite raivosa, a elite branca da Avenida Paulista, não aceita, porque eles sempre mandaram no Brasil. E eles enxergam a nós, brasileiros, como servos, como escravos deles. Eles não aceitam dividir o Brasil com o povo brasileiro. Essa elite não aceita dividir os aeroportos, um banco de avião, a cadeira da faculdade com os negros, com os pobres. Eles querem um Brasil só para eles, um Brasil onde todas as riquezas se concentrem nas mãos de poucos.

É por isso, Lula, que estamos aqui atentos para fazer a sua defesa. Não queremos falar do Lula daqui a 60 anos, como estamos falando hoje de Juscelino Kubitschek. Queremos falar do Lula e defendê-lo é agora. Porque defender o Lula significa defender o Brasil, defender o direito dos mais pobres, defender a igualdade. O Brasil que foi ator principal, nos últimos anos, no cenário mundial, respeitado, hoje passou a virar chacota internacional com um presidente golpista, com os golpistas, bandidos e ladrões, o quadrilhão que se instalou em Brasília.

Ora, por que o juiz Sérgio Moro não faz nada? Onde estão os milhões nas malas do Aécio que está lá, livre, leve, solto e sorrindo? Por que não julgam o pedido contra ele no Supremo? Por que o Congresso corrupto não deixou investigar esse presidente que está vendendo o Brasil, vendendo a Amazônia, vendendo as nossas riquezas? Ou seja, parece que justiça no Brasil é só para poucos, para alguns.

Portanto, quero deixar aqui registrada a nossa indignação.

Não podemos aceitar o que estão fazendo contra este brasileiro: Luiz Inácio Lula da Silva. Pode ter certeza, presidente, que o povo do Brasil, o povo que reconhece V. Exa. como o maior presidente da história desta nação, não vai se curvar, não vai ter medo, não vai titubear em momento algum. Estamos aqui, numa trincheira, para fazer a sua defesa, a defesa da sua honra, a defesa do seu projeto, que sempre foi um projeto de Nação, um projeto de inclusão social, um projeto que visa fazer do Brasil um país respeitado mundialmente, como foi no seu governo. Um país que não pedia mais bênção ao FMI, que pagou sua dívida externa no governo Lula, que gerou oportunidades, e era respeitado mundialmente por todas as nações, com assento em todas as organizações. Hoje o Brasil se presta a atender os caprichos de uma elite golpista.

Encerrando, Sr. Presidente, fica aqui o nosso apelo ao povo brasileiro: vamos nos unir, vamos enfrentar todos os setores golpistas. E os golpistas estão em todas as partes. Há golpistas no Judiciário, há golpistas no Ministério Público, há golpistas nas

polícias, há golpistas na política, há golpistas na imprensa, há golpistas em todos os lados. Como há gente boa também em todos os segmentos.

Por isso que quero pedir às pessoas de bem para se unirem em defesa desse brasileiro, desse grande homem: Luiz Inácio Lula da Silva.

\* – Sem revisão do orador.



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 18/9/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Andreza Campos Victor de Carvalho, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

exonerando Antonio Vieira Filho, padrão VL-10, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Rosângela Reis;

exonerando Leandro Ricardo Pereira, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Douglas Melo;

exonerando Lilian Moraes Soares, padrão VL-44, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Geraldo Pimenta;

exonerando Thiago Afonso Soares Silva, padrão VL-45, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Antônio Carlos de Almeida, padrão VL-22, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Adalclever Lopes;

nomeando Daniel Ferreira Serafim, padrão VL-15, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Geraldo Pimenta;

nomeando João Roberto Leodoro, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Juarez Carlos Pires, padrão VL-14, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Rosângela Reis;

nomeando Jucilene Cavalcante, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Adalclever Lopes;

nomeando Leoncio Rodrigues de Oliveira, padrão VL-39, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Rosângela Reis;

nomeando Rondinele Angelo Bigão, padrão VL-39, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Rosângela Reis;

nomeando Yaci Erica de Oliveira Campos, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

### AVISO DE LICITAÇÃO

#### Pregão Eletrônico nº 67/2017

#### Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 113/2017

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 2/10/2017, às 15h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de etiquetas autoadesivas.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 18 de setembro de 2017.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

**TERMO DE CONTRATO Nº 99/2017**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: LTA-RH Informática, Comércio, Representações Ltda. Objeto: aquisição de duas unidades de servidor de rede tipo 3 (CAS). Vigência: 90 dias após o prazo de execução do objeto contratual. Licitação: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 32/2016 do Pregão Eletrônico nº 35/2016, da Justiça Federal de Primeiro Grau – Seção Judiciária do Rio Grande do Sul. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-4.4.90-10.1.

**ERRATAS****ATA DA 71ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/9/2017**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 7/9/2017, na pág. 4, sob o título “Ofícios”, nos despachos dos resumos dos ofícios da Sra. Camila Andréia da Siva Fonseca, do Sr. Paulo Donizete Soares e do Sr. Paulo Silas, onde se lê:

“(– Às Comissões de Minas e Energia e de Meio Ambiente.)”, leia-se:

“(– À Comissão de Meio Ambiente.)”.

**PARECER SOBRE PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 72/2016**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 13/9/2017, na pág. 24, no requerimento encaminhado ao presidente da Comissão de Participação Popular, onde se lê:

“Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Participação Popular:

O deputado que este subscreve, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 72/2016, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de providências à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia desta Casa, solicitando que os conteúdos referentes à cidadania, detalhados no art. 2º da Lei nº 15.476, de 12 de abril de 2005, sejam reforçados nos currículos das escolas de ensino fundamental e médio do Estado, inclusive em suas dimensões transversal e interdisciplinar, por meio do Projeto de Lei nº 2.882/2015, que aprova o Plano Estadual de Educação.”, leia-se:

“Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia:

O deputado que este subscreve, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 72/2016, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de providências ao relator do Projeto de Lei nº 2.882/2015, que aprova o Plano Estadual de Educação, designado na Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, solicitando análise da viabilidade de que os conteúdos referentes à cidadania, detalhados no art. 2º da Lei nº 15.476, de 12 de abril de 2005, sejam reforçados nos currículos das escolas de ensino fundamental e médio do Estado, inclusive em suas dimensões transversal e interdisciplinar.”.

**ATA DA 73ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 12/9/2017**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 14/9/2017, na pág. 1, no sumário, e na pág. 11, sob o título “Oradores Inscritos”, exclua-se o nome do deputado Alencar da Silveira Jr. da relação de oradores inscritos.